

A IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS NATURAIS: O CONSUMO CONSCIENTE EM PAUTA NA EDUCAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

Hélia Flavia Arruda do Amaral ¹

RESUMO

Este estudo compreende o PCN da disciplina de geografia e as legislações nos desafios da educação ambiental. Foi realizado por pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados mostram que a educação ambiental tem papel fundamental permitindo visão holística na formação de cidadãos conscientes.

Palavras-chave: Recursos Naturais, Consumo consciente, Geografia, Ensino fundamental.

1. INTRODUÇÃO

A natureza em concepção mais abrangente é sinônimo de universo físico, o termo se refere aos fenômenos e também à vida em geral, e são considerados recursos naturais os elementos que são extraídos da natureza sejam de forma direta ou indireta e transformados para uso na vida humana para garantir a sobrevivência, o bem-estar e o conforto.

A relação entre sociedade e natureza sempre se baseou na extração de recursos naturais com potencial de transformação para a produção de bens, neste contexto, a natureza é percebida como uma fonte inesgotável de recursos.

Após o início do período moderno da humanidade com o avanço de máquinas e sistemas cada vez mais sofisticados para a produção, os recursos naturais que são essenciais para a manutenção da vida estão tornando mais escassos no planeta.

Ao desenvolvimento que a partir da revolução industrial trouxe novas possibilidades e desafios, transformando a maneira de viver e interagir com o mundo, na “absorção da natureza no processo capitalista de produção, enquanto que, como objetos do trabalho, de recursos e fenômenos naturais ou de produtividade ecológica, a natureza incorpora-se tecnologicamente ao processo produtivo” (Leff, 2000, p. 50), é preciso aos alunos, e toda comunidade refletir criticamente sobre como viver e adaptar para continuar evoluindo e crescendo como indivíduos e como sociedade.

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, heliaviamais@gmail.com;

As mudanças ocorridas que refletem diretamente as diversas transformações estão afetando profundamente as dinâmicas ambientais e sociais e “que destinos dar à natureza, à nossa própria natureza de seres humanos? quais os limites da relação da humanidade com o planeta?” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 18) sendo assim é necessária a preservação dessas fontes de recursos naturais no meio ambiente com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da sociedade e garantir a sobrevivência.

Nesse cenário de aumento de população e escassez dos recursos naturais na década de 1960 surgem as primeiras preocupações sobre as questões ambientais e o aumento da participação social na política interessadas em repensar o modo de vida e os valores da sociedade, quando a consciência ambiental aumentou significativamente a partir da segunda metade do século XX, ganhando forças em incluir atitudes voltadas para a valorização e preservação do meio ambiente.

A um recorte de abordagem para esse trabalho no objetivo de verificar como a sustentabilidade e a formação cidadã podem encontrar na educação formal através do currículo escolar e da disciplina de geografia a temática educação ambiental para a conservação e preservação do meio ambiente.

No compromisso da ciência geográfica em abordar questões ambientais, em uma discussão sobre a relação natureza e sociedade e suas perspectivas, bem como a forma como essa relação tem sido compreendida ao longo da história, onde na educação do ensino fundamental nos anos finais na disciplina de geografia a importância dos recursos naturais para a vida seja esclarecida e que o consumo consciente e a utilização do meio ambiente ocorram sem desperdícios, através da consciência ambiental de preservação e conservação em que os alunos desempenhem um papel fundamental na formação de um novo comportamento a ser praticado através da educação ambiental onde o autor Carlos Loureiro define que:

A finalidade primordial da educação ambiental é revolucionar os indivíduos em suas subjetividades e práticas nas estruturas sociais-naturais existentes. Ou seja, estabelecer processos educativos que favoreçam a realização do movimento de constante construção do nosso ser na dinâmica da vida como um todo e de modo emancipado. Em termos concretos, isso significa atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como “ecológica” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade (LOUREIRO, 2004, p. 73).

É crucial compreender que os seres humanos têm a responsabilidade de conservar o espaço natural, principalmente para garantir a existência dos recursos e dos meios a eles

inerentes para as sociedades e são necessários adotar atitudes que promovam uma interação positiva e coexistência harmoniosa entre a sociedade e a natureza.

“Enrique Leff propõe uma racionalidade ambiental, em que essas razões específicas possam se encontrar por meio da cultura e da autonomia povos” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 17), visando práticas sustentáveis em reduzir os danos ambientais, e os autores Mateo Rodriguez e da Silva (2016) contextualizam que:

O conhecimento ambiental já não é um fato dado, mas deveria ser o resultado de um processo educacional que fomentasse a capacidade de construção de conceitos pelos estudantes, com base em suas “significações primárias”. Trata-se de fomentar-lhes capacidades, de modo que desenvolvam o conhecimento pessoal com relação ao meio em que vivem sustentados por um pensamento crítico. A aprendizagem deveria ser deste modo, um processo de produção de significações e de apropriação subjetiva de conhecimento. Isto requer o resgate e a reavaliação do conhecimento tradicional e da sabedoria popular com seus elementos básicos: o saber individual, o saber local, o saber global, o saber singular, o saber concreto e o saber prático. (RODRIGUEZ E DA SILVA, 2016, p.141).

Nas práticas educacionais a educação ambiental nas escolas segue as diretrizes estabelecidas pelos PCN's (parâmetros curriculares nacionais) e pela PNEA (política nacional de educação ambiental) que indicam que ela deve ser oferecida de forma contínua no ensino básico, de maneira transversal e interdisciplinar, permitindo que os alunos construam uma visão mais ampla das temáticas apresentadas e desenvolvam análises críticas sobre as diferentes vertentes do assunto.

1.1.A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A INTERDISCIPLINARIDADE

Através da interdisciplinaridade, os alunos possam aprender sobre a importância de preservar o meio ambiente e desenvolver habilidades para tomar decisões conscientes e responsáveis em relação ao uso dos recursos naturais quando na relação geográfica:

Pode-se dizer que quase todos os conteúdos previstos no rol do documento de Meio Ambiente podem ser abordados pelo olhar da Geografia. (...) No entanto, o tema Sociedade e Meio Ambiente é o que sugere maior aproximação, pois, ao tratar da formação socioespacial, das novas territorialidades e temporalidades do mundo, aborda-se de forma ampla os processos que geram uma determinada ocupação do solo, as demandas por recursos naturais, o crescimento populacional e a urbanização, entre outros. (PCN, 1998, p. 46).

A educação ambiental quando aplicada nas escolas pode se tornar uma ferramenta valiosa para conscientizar e refletir sobre a necessidade de mudanças significativas no

comportamento humano em relação ao desenvolvimento sustentável e à preservação do meio ambiente.

Para Cavalcanti (2012, p.142), “ensinar uma matéria depende não apenas de métodos didáticos, mas de outros tipos de métodos, como o método científico, os métodos da cognição e os métodos particulares das ciências” e a geografia escolar em desenvolver a capacidade de raciocínio teórico para analisar criticamente a realidade e a espacialidade dos fenômenos naturais e sociais.

O conteúdo da geografia escolar deve ensinar aos alunos uma forma de ver o mundo, ensinar um modo de pensar geográfico que lhes permita aprender a ler diferentes espacialidades, naturais, sociais, aspectos políticos e econômicos da produção desigual do espaço.

A educação ambiental é um processo pedagógico que sensibiliza sobre a importância da preservação do meio ambiente. Seu propósito é fomentar uma visão de ação holística, estabelecendo uma conexão entre o ser humano e a natureza. Nesse contexto, considera-se que os recursos naturais são limitados e que o ser humano é o principal agente de degradação.

Em estimular o olhar do aluno para a compreensão do espaço como produto e produtor das relações existentes na sociedade, como base para conscientizar sobre as responsabilidades individuais e coletivas de garantir a manutenção da vida humana no planeta e as diretrizes para o uso sustentável e consumo consciente dos recursos naturais através da educação ambiental.

2. METODOLOGIA

Visando a identificação dos aspectos relacionados à preservação dos recursos naturais, o artigo se baseou em revisão da bibliografia e documental compreendendo o PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) que constituem um conjunto de documentos que formam a estrutura curricular de uma instituição educacional e da disciplina de geografia para coleta de dados aos desafios que a educação ambiental que compõem os temas transversais esteja inclusa nas práticas pedagógicas e no currículo escolar, em que o consumo consciente seja praticado para a preservação e conservação do meio ambiente na sensibilização, fixação do conteúdo e mudança de atitude, com a política nacional de educação ambiental (PNEA) do Brasil regida pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que define a educação ambiental como os processos pelos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais,

conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente.

3. OS RECURSOS NATURAIS E O CONSUMO CONSCIENTE EM DISCUSSÃO

O termo natureza tem sido frequentemente utilizado como sinônimo de meio ambiente, no entanto, é crucial lembrar que a espécie humana é um componente integral dessa mesma natureza, nos recursos naturais, os renováveis são aqueles que não se esgotam e se regeneram rapidamente na natureza, como água, solo e energia proveniente do sol e do vento, por outro lado, os recursos naturais não renováveis são limitados na natureza, como minérios, petróleo e gás natural entre outros, e a política nacional do meio ambiente lei nº 6.938/81 o artigo 3º entende por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente; (Brasil, 1981).

Sachs (1986) relaciona que o meio ambiente é formado por três subconjuntos que interagem: a natureza, a técnica e a sociedade, e uma análise histórica dos chamados problemas ambientais sob uma perspectiva tecnológica pode ser um bom ponto de partida para periodizar o problema e compreender a situação atual, assim:

Ao falarmos em meio-ambiente, portanto, temos que entender, antes de tudo, a formação desse meio-técnico que, hoje, é passível de ser apreendido na relação do lugar com o mundo, posto que a técnica é a base de realização da mundialidade como totalidade empírica (SANTOS, 1985).

No século XXI ainda é notória a complexidade desse processo de transformação do planeta, não apenas cada vez mais ameaçado, mas também afetado diretamente pelos riscos socioambientais e seus danos.

Portanto a cada época como referência na construção do conhecimento interdisciplinar é importante a compreensão que por muito tempo não eram percebidos os problemas ambientais e como poderiam afetar, foi após grandes desastres ambientais e a divulgação de pesquisas científicas sobre os efeitos da poluição na saúde humana e nos ecossistemas naturais que as autoridades governamentais e a sociedade começaram a entender a importância da conservação do meio ambiente.

Com o advento da Revolução Industrial e a produção em massa, o aumento do consumo ao longo das décadas tornou insustentável a produção dos recursos do planeta quando o descarte inadequado e o excesso de resíduos gerados são os principais males ambientais de contaminação e degradação, é necessário reduzir o consumo e o desperdício por meio do consumo consciente.

A degradação ambiental começou a ser notada mais fortemente quando o meio ambiente foi explorado em excesso levando à transformação de ecossistemas naturais com a natureza alterada para atender às necessidades humanas, muitas vezes sem considerar os impactos negativos que isso poderia ter no meio ambiente.

A reflexão das práticas sociais num contexto marcado pela degradação permanente do ambiente e do seu ecossistema inclui a necessária articulação com a produção de sentidos da educação ambiental, que apesar da gravidade dos problemas no mundo atual existem soluções e a sociedade pode colaborar, com hábitos de consumo ajustados para o bem da natureza e consequentemente da humanidade.

No interesse pelo desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não ameacem os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades. Conscientes que o consumo dos recursos naturais impacta e gera algum tipo de material que precisa ser jogado fora, ao reconhecer esses impactos em tentar reduzir a geração desse material poluidor.

3.1. CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA AMBIENTAL

A construção de uma consciência sobre a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente é resultado de pesquisas científicas, ações de movimentos ambientalistas e conferências intergovernamentais que ocorreram a partir dos anos 1970.

No início da década de 1990 a principal referência do discurso da sustentabilidade é o tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global (1992), onde os principais documentos legais que fundamentam a construção do campo da educação ambiental no Brasil são os parâmetros curriculares nacionais sobre meio ambiente e saúde (1997), os parâmetros curriculares nacionais sobre temas transversais, incluindo meio ambiente (1998), e a lei nº 9795 que estabelece a política nacional de educação ambiental (1999) ao dizer que:



Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, art. 1º).

A legislação ambiental brasileira é considerada uma das mais completas e apropriadas do mundo e nas últimas décadas, a legislação tem exercido uma pressão positiva na conservação do meio ambiente. Em todo o país, estão surgindo iniciativas voltadas para a preservação dos recursos naturais, como a separação de resíduos e a reciclagem.

Das principais leis ambientais norteadoras no Brasil a lei (nº 12.305/2010) da política nacional de resíduos sólidos das diretrizes no capítulo I o artigo 9º traz que “na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

No Brasil tornou-se obrigatória nas escolas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, do artigo 225, inciso VI, que estabelece “a educação ambiental deverá ser promovida em todos os níveis de ensino”, com o objetivo de conscientizar os cidadãos sobre a importância da preservação e conservação do meio ambiente (BRASIL, 1988, p.64).

Esses documentos fornecem as bases para a implementação da educação ambiental nas escolas brasileiras, em adotar uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, com a sustentabilidade e a formação cidadã estando intimamente relacionadas, quando a educação ambiental se faz presente para a formação e exercício da cidadania, que tenha como possibilidade estar baseada em uma nova ética que pressupõe outros valores morais, em uma educação ambiental ético-social que:

Enfatiza o papel da formação dos indivíduos, não só no âmbito da educação formal como também da aquisição de um sistema amplo e dinâmico de conhecimentos que seriam adquiridos não somente na escola. Esta visão encaminha-se a formar indivíduos críticos, capazes de entender e também transformar o mundo e a sociedade. Vê as raízes da crise ambiental na estrutura social, que explica as condições de formação e evolução do meio ambiente. (RODRIGUEZ E DA SILVA, 2016, p. 181).

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental refere-se a propostas pedagógicas voltadas para a conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação do aluno. Em evitar o desperdício e considerar os impactos ambientais, econômicos e sociais com os alunos visando o

desenvolvimento e equilíbrio da natureza na manutenção e conservação dos ecossistemas e da biodiversidade.

3.2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CURRÍCULO ESCOLAR

A educação ambiental aborda não apenas as questões ambientais, mas também com as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno, em que as decisões e comportamentos de diferentes países podem ter consequências internacionais.

A educação ambiental é instituída por leis públicas nacionais que deve estar presente no currículo escolar no conjunto de esforços e nas práticas pedagógicas desenvolvidas com o objetivo de educar inclui todas as atividades e experiências de aprendizagem que são planejadas e implementadas com a intenção de promover o desenvolvimento intelectual, social e emocional dos alunos quando:

É urgente retomar essa relação não superada entre educação e desigualdades. Primeiro, porque foi uma das relações mais instigantes do pensamento educacional. Segundo, porque essa relação foi desfigurada e soterrada nos escombros de relações de mercado, de educação e padrão mínimo de qualidade, de currículos por competências, gestão e avaliações de resultados. Terceiro, porque as desigualdades não só continuam, mas se aprofundam e vitimam milhões de famílias e alunos(as) pela miséria, o desemprego, a sobrevivência nos limites, a violência. As desigualdades dos coletivos sem-teto, sem-terra, sem-espaço, sem-comida, sem universidade, sem-territórios entram na escola como nunca antes e interrogam as políticas educativas, sua gestão e suas análises. (Arroyo, 2010, p. 1384)

A educação ambiental nas escolas deve ser realizada com uma metodologia motivacional que envolva os alunos nos temas abordados, sendo importante que os alunos se reconheçam como parte da terra e moldem seu aprendizado sobre as questões ambientais e Freire (2002), em crítica a sociedade neoliberal ao afirmar ser “[...] “Contra a ordem capitalista vigente que inventou esta aberração: a miséria na fartura” (p.116), assim escrevendo sobre a educação articulando-a com o contexto social e político:

É reacionária a afirmação segundo a qual o que interessa aos operários é alcançar o máximo de sua eficácia técnica e não perder tempo com debates “ideológicos” que a nada levem. O operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar a outra menos injusta e mais humana. (2002, p. 114).

Encontrar um equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e qualidade de vida, nos problemas enfrentados por todos na sociedade, é necessário no cultivo

de valores, com a determinação de padrões e normas direcionados na tomada de decisões para a solução de problemas, em que os recursos naturais devem ser conservados para o uso consciente que é limitado no meio ambiente.

O currículo é contestado entre poderes estabelecidos como o estado e outros atores hegemônicos com outros atores sociais, quando o currículo tradicional implantado na maioria das escolas não contempla as lutas sociais dos excluídos e desfavorecidos da sociedade e essas relações incluem a disciplina de geografia quando:

A relação entre uma ciência e a matéria de ensino é complexa; ambas formam uma unidade, mas não são idênticas. A ciência geográfica constitui-se de teorias, conceitos e métodos referentes à problemática de seu objeto de investigação. A matéria de ensino de Geografia corresponde ao conjunto de saberes dessa ciência, e de outras que não têm lugar no ensino fundamental e médio como Astronomia, Economia, Geologia, convertidos em conteúdos escolares a partir de uma seleção e organização daqueles conhecimentos e procedimentos tidos como necessários à educação geral. [...] Há, no ensino, uma orientação para a formação do cidadão diante de desafios e tarefas concretas postas pela realidade social e uma preocupação com as condições psicológicas e socioculturais dos alunos. A ciência geográfica, por si só, não tem responsabilidade de ocupar-se com esses aspectos. (2006, p. 9-10).

Em estar presente no currículo escolar a educação ambiental é uma parte fundamental do processo educacional que desempenha um papel importante na formação de indivíduos capazes de contribuir positivamente para a sociedade e sua forma de organização.

Após o ano de 2017 a base nacional comum curricular (BNCC) que não é um currículo mas uma base para produzi-lo é implementada a nível nacional e passa a definir as aprendizagens essenciais que devem ser garantidas a todos os estudantes brasileiros. Em estabelecer um objetivo comum para a educação no país, expressando um padrão de igualdade educacional que deve ser seguido por todas as escolas do Brasil.

A BNCC é uma referência importante para garantir que todos os alunos tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem, independentemente de onde vivem ou estudam, onde a competência é definida como a mobilização de conhecimentos, conceitos e práticas e as habilidades são processos cognitivos, socioemocionais, atitudes e valores para lidar com as complexas demandas do cotidiano, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, onde:



As profundas transformações que atravessam a sociedade contemporânea global, processo que vem impactando em mudanças estruturantes no mundo do trabalho, agudizando conflitos sociais, promovendo grandes oscilações no campo econômico e influenciando no delineamento de novas relações político-culturais, vem exigindo uma reorganização do campo da educação mundo afora. A Base Nacional Comum Curricular e a reestruturação do currículo da Educação Básica do Ensino Médio brasileiro, que propõe novas abordagens educativas, é uma resposta a essa necessidade. (Série Temas Contemporâneos Transversais, BNCC, 2022, p. 47).

Na BNCC durante o ensino fundamental, os procedimentos de investigação em humanidades devem contribuir para que os alunos desenvolvam a capacidade de observar diferentes indivíduos, situações e objetos geradores de dinâmicas sociais por sua própria natureza (tecnológica, morfológica, funcional), e a Geografia trabalha nesta fase o reconhecimento do próprio eu e o sentimento de pertença dos alunos à vida familiar e comunitária.

E algumas questões também aparecem dentro da Geografia enquanto ciência e disciplina como a necessidade de repensar um currículo crítico que questione conceitos e conteúdos, considerando os impactos em longo prazo e buscando soluções, o ensino deve priorizar a ampliação de perspectivas e, portanto, variáveis, tanto espacial quanto temporalmente.

Isto permite aos alunos identificar, comparar e aprender sobre o mundo, espaços e paisagens com maior detalhe, complexidade e espírito crítico, o que cria condições adequadas para aprender sobre outros lugares, sociedades e temporalidades históricas, ao aluno (a) ser crítico em relação à dinâmica social e política nas ações decisórias é muito importante em caminhar no sentido do desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade humana é dependente da natureza para a sua sobrevivência e bem-estar. Isso abrange tudo, desde a necessidade de recursos naturais, como água e alimentos, até a dependência de sistemas naturais, como o clima e os ecossistemas, e é fundamental que reconheça e respeite essa relação, adotando medidas para proteger e preservar a natureza.

Ações de conservação que visem minimizar os impactos negativos ao meio ambiente, precisam ser feitas e principalmente atitudes governamentais para preservar bem como restaurar o meio ambiente já degradado.

À medida que os recursos naturais são necessários para sustentar a vida e se tornam cada vez mais escassos na Terra, é imperativo que os alunos e a comunidade como um todo

reflitam criticamente sobre como viver e se adaptar para continuar a se desenvolver e crescer como indivíduos e sociedade.

Na proteção das fontes de recursos naturais no meio ambiente em promover o desenvolvimento sustentável e a segurança da sociedade, visto que o aumento do consumo gera aumento da extração de recursos naturais, esse trabalho buscou verificar como a sustentabilidade e a formação cidadã pode encontrar na educação formal através do currículo escolar e da disciplina de geografia a temática educação ambiental para a conservação e preservação do meio ambiente.

Na compreensão da Geografia com os estudos focados na relação sociedade e natureza a se preocupar com o espaço geográfico compreendendo-o como resultado das formas como os seres humanos organizam sua vida e suas formas de produção, em estimular o olhar do aluno para a compreensão do espaço como produto e produtor das relações existentes na sociedade, pode como base sensibilizar e conscientizar sobre as responsabilidades individuais e coletivas de garantir a manutenção da vida humana no planeta tem papel fundamental permitindo visão holística na formação de cidadãos conscientes ao:

Reconhecer que as paisagens e os lugares são produtos de ações propositivas dos homens em sociedade. Com este critério avalia-se se o aluno é capaz de compreender que o mundo não é mágico e sim construído a partir de ações humanas, produto da participação de todos e que muitas vezes as decisões não emergem de consenso numa sociedade. (PCN, 1998, p. 129).

Em preparar os alunos na educação do ensino fundamental anos finais para serem disseminadores de uma nova visão ecológica global e cidadãos mais conscientes e engajados em questões ambientais que atualmente preocupam e causam grandes inquietações.

Ao incorporar atitudes voltadas para a valorização, consumo consciente e proteção do meio ambiente, a partir de uma perspectiva intelectual interdisciplinar, em entender que as questões ambientais não têm sido reconhecidas.

Onde ações de preservação ambiental se façam presentes em toda a sociedade visando às práticas sustentáveis em reduzir os danos ambientais, ao repensar valores e estilos de vida na conservação da natureza sobre seu compromisso individual e coletivo de respeito e responsabilidade com o meio ambiente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, MIGUEL G. **Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados.** Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010.
- BRASIL. **Política Nacional do Meio Ambiente Lei nº 6.938 o artigo 3º**, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Geografia terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília 1998.
- BRASIL. Brasília-DF **Lei 9795** que dispõe sobre a educação ambiental. DOU, 27/04/1999.
- BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305 capítulo I artigo 9º**, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** MEC, 2017. Brasília, DF, 2017.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **O Ensino de Geografia na Escola.** Campinas, SP: Papirus, 2012.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos.** 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** 5ª edição, Cortez editora, São Paulo – SP, 2000.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Educação ambiental transformadora.** In: Layrargues, Philippe Pomier (Coord.). Identidade da educação ambiental brasileira. Brasília, DF: p.65-84, 2004.
- MATEO, J., E. V. DA SILVA. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: Problemática, Tendências e Desafios.** Fortaleza: Edições UFC, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio ambiental.** Editora Record. Rio de Janeiro, RJ, 2004.
- REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar.** In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir.** São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Ed. Nobel, 1985. 88 p